

# **A RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO E SUA DIREÇÃO NA PRESTAÇÃO DO ENSINO\***

Marga Inge Barth Tessler

---

## **RESUMO**

Atenta para a responsabilidade civil da instituição de ensino, a qual vem sendo perspectivada sob diversos ângulos, alguns já pacificados pela doutrina e pela jurisprudência, como o da obrigação da guarda e vigilância em relação ao aluno.

Destaca as diferenças entre a responsabilidade da instituição pública e particular de ensino. A primeira rege-se pela teoria do risco administrativo e afasta a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, enquanto a segunda rege-se pela teoria do risco-garantia e do sacrifício, aliada ao princípio da boa-fé objetiva, e pode ser submetida às regras do Código de Defesa do Consumidor.

Alega, ainda, que a responsabilidade civil do professor se enquadra no caso da responsabilidade subjetiva do profissional liberal, consoante o art. 14, § 4º, do Código de Defesa do Consumidor. Os dirigentes dos estabelecimentos respondem objetivamente pelo cumprimento das regras administrativas, na medida de sua autonomia.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Responsabilidade civil; ensino – instituição, prestação; Código de Defesa do Consumidor; Direito da Educação; boa-fé objetiva.

---

\* Conferência proferida no “Seminário sobre Direito da Educação”, realizado pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, de 23 a 25 de junho de 2004, no auditório do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília-DF.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação é o primeiro dos direitos sociais, contudo as relações escolares são pouco estudadas no mundo jurídico, não obstante a sua inegável importância. A responsabilidade da instituição de ensino pode ser perspectivada sob diversos ângulos, alguns deles já debatidos e pacificados pela doutrina<sup>1</sup> e pela jurisprudência<sup>2</sup>. A responsabilidade, em geral impulsionada por fatores sociais e econômicos, avança em direção a novas fronteiras<sup>3</sup>. A busca da eficácia, da efetividade social e econômica do contrato faz nascer o que a doutrina italiana chamou de “relações contratuais” de fato<sup>4</sup>. A doutrina nacional e estrangeira, em sistemático e seguro trabalho, constrói novas responsabilidades fazendo-as visíveis, revelando antes ocultas e obscurecidas novas dimensões da responsabilidade civil<sup>5</sup>, construindo a responsabilidade social.

No Brasil, a própria Constituição (CF/1988) é origem e fundamento da proteção dos consumidores, sendo “o consumidor” titular de direitos subjetivos<sup>6</sup>. A responsabilidade civil é, certamente, o campo de onde a doutrina desdobra cada vez mais uma nova faceta<sup>7,8,9</sup>, e a harmonização das leis ao fato social pode causar mal-estar e perplexidade àqueles que durante anos se acostumaram a fazer a subsunção do acontecimento social a preceitos calcificados e estratificados. A questão estudantil é uma dessas áreas que necessita ser mais debatida em face da crescente importância do estudo no cenário atual e futuro das novas gerações<sup>10</sup>.

O presente trabalho tem o objetivo de trazer uma contribuição para o estudo da responsabilidade da instituição e sua direção na prestação do ensino, sem pretensão de esgotar a matéria. Inicia por verificar como a questão vem sendo dimensionada pela doutrina e pela jurisprudência, basicamente à luz do Código Civil de 1916. Após, a questão passa a ser examinada sob a ótica do Código do Consumidor, do novo Código Civil e da Constituição de 1988. Articula-se o princípio da boa-fé objetiva com a pós-eficácia dos contratos e a verificação de vício no serviço prestado, para daí extrair a responsabilidade da instituição de ensino pela prestação do serviço. Sendo o direito educacional muito peculiar e os princípios pedagógicos os mais importantes, a obrigação é de prestar e não de indenizar.

## 2 A RESPONSABILIDADE CIVIL DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

O Código Civil é o estatuto da ordem e da convivência pacífica<sup>11</sup>, e embora o novo Código não tenha trazido grandes inovações na matéria, louva a doutrina tenha sido imprimida, no capítulo relativo aos contratos, a diretriz de privilegiar e adotar os princípios da função social do contrato<sup>12</sup>, da probidade e da boa-fé objetiva<sup>13,14,15,16</sup>. Resumindo o “estado da arte” na questão da responsabilidade do estabelecimento pela prestação do ensino propriamente dito, cabe destacar que, sob esse viés, a doutrina ainda é pouco expressiva. A responsabilidade dos educadores, conforme leciona Gonçalves<sup>17</sup>, está e vem sendo sempre pressuposta na consideração de que a instituição recolhe ou interna o aluno com o objetivo de lucro. Não haveria a responsabilidade, a *contrario sensu*, no recolhimento gratuito. A questão foi superada por Aguiar Dias, ao esclarecer que *não se compreende que se albergue alguém para lhe propiciar ou permitir um dano*. Respondendo ao desafio proposto, exemplificou justamente com uma questão que vem ao encontro do que estudamos: *no caso, por exemplo, do educandário, de forma nenhuma se poderia julgar o aluno que goze desse favor a descoberto da garantia que o diretor do estabelecimento lhe deve*. Em nota ao comentário, reporta-se à lição de Carvalho Santos: *o mesmo ocorre nas escolas públicas de ensino gratuito. O Estado responde pelos danos sofridos pelo aluno em consequência do ato ilícito de outro*. Destaca Gonçalves, de cuja obra extrai-se a síntese, ser curial que na responsabilidade do educador influencie consideravelmente a circunstância da má-educação anterior do aluno, fazendo ver que exsurge uma concordância de situação entre a responsabilidade do pai e a do professor.

No ensino superior, transporece sob novo enfoque essa concordância de situações, esse imbricamento de responsabilidades, do educador ou da instituição e do próprio aluno. Verifica-se um aspecto muito especial e relevante no tema da responsabilidade da instituição pelo ensino: o processo ensino/aprendizagem é relacional. Prosseguindo no resumo dos aspectos centrais dos comentários feitos por Gonçalves, destaco a passagem em que se refere à opinião de Alvino Lima e Serpa Lopes no sentido de que a responsa-

bilidade dos educadores é vinculada a um dever de vigilância pura e simplesmente, enquanto aos pais incumbe não só a vigilância como a educação. Já Silvio Rodrigues, ao comentar o art. 1521, inc. IV, do antigo Código, hoje regra do art. 932, não concordava com aqueles que vislumbravam essa responsabilidade ampla dos educadores, sendo ela *muito mais atenuada e só seria caracterizada quando houvesse manifesta negligência do diretor ou seu preposto*. Eis uma síntese da questão extraída da obra de Carlos Roberto Gonçalves, que faz um grande estudo da responsabilidade civil em geral. O antigo Código Civil perde a sua centralidade, surgindo os microsistemas, como o Código do Consumidor.

O texto constitucional de 1988, por sua vez, passou a estabelecer nova ordem pública constitucional, como faz ver Tepedino<sup>18</sup>: *O Código Civil perde, assim, definitivamente o seu papel de Constituição de direito privado. Os textos constitucionais paulatinamente definem princípios relacionados a temas antes reservados exclusivamente ao Código Civil e ao império de vontade: a função social da propriedade, os limites da atividade econômica*. A Constituição Federal entre nós *recupera o universo desfeito e através de princípios e normas, intervém nas relações de direito privado*, determinando e até alterando os critérios interpretativos. Daí a importância dos princípios da educação.

Com a entrada em vigor do novo Código Civil, há interesse em saber se a atividade educacional continua regida pelo CDC. Sanseverino<sup>19</sup> entende não haver incompatibilidade, só considerando excluído o CDC em caso de disposição contrária do novo Código Civil. A solução deve ser a concomitância da incidência, prevalecendo o Código do Consumidor<sup>20</sup>.

## 3 A RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO NA DOUTRINA ESTRANGEIRA

Quanto à responsabilidade das instituições na prestação do ensino, cabe breve referência à abordagem do tema pelo direito alienígena, pois, como se destacou, os serviços educacionais começam a integrar as pautas de negociações internacionais. Transpondo-nos para a realidade internacional, salienta Clotildes Fagundes Duarte, com fulcro em trabalho de Fernando Sagarna, que a

responsabilidade dos docentes e dos institutos de ensino nos diversos códigos de países estrangeiros e nos projetos de reformas, continuam com a presunção legal de culpa em caso de danos causados por alunos. José M. Caballero Lozano, referindo-se à Argentina, destaca que o ensino contemplado pelos Códigos era privilégio de poucos; nos dias atuais, ao contrário, desenvolve-se em grupos numerosos, em que a massificação é um fenômeno corrente. De Angel<sup>21</sup> critica a presunção de culpa que pesa sobre o professor, contida na legislação espanhola, considerando-a muito severa, tendo em vista o ensino massificado, além do que seria um freio para as atividades extra-escolares.

Alabart<sup>22</sup> verifica um grande mal-estar no setor profissional dos mestres e professores, por considerar excessiva e injusta sua responsabilidade em relação aos danos causados pelos alunos<sup>23</sup>, o que demandaria uma reforma legislativa sobre a matéria, propondo um seguro de responsabilidade civil para as instituições de ensino, com possibilidade de ação de regresso contra o professor culpado.

Segundo a dissertação de Clotildes Duarte<sup>24</sup>, a doutrina italiana discute cuidar-se de verdadeira responsabilidade objetiva ou de responsabilidade por culpa *in vigilando* ou *in educando*, mas está na realidade mais preocupada com as condições da responsabilidade administrativa do que com aquela derivada do Código Civil. Na doutrina francesa, Juan Rivero<sup>25</sup> conclui que só ao Estado o lesado deve pedir reparação. A responsabilidade estatal substitui completamente a do professor, mesmo em caso de culpa pessoal. A lei civil francesa define a responsabilidade dos mestres em posição de igualdade com a dos pais. A doutrina estrangeira centra sua preocupação na responsabilidade dos mestres e das instituições pelos danos causados por seus alunos, sem avançar, até o ponto em que foi pesquisada por Clotildes Duarte, na questão da responsabilidade pelo ensino propriamente dito. A preferência é pela responsabilidade subjetiva, com presunção de culpa.

No nosso sistema, a questão era tratada pelo art. 1521, IV, e, segundo Gonçalves<sup>26</sup>, vinha sendo criticada por Carvalho Santos, que via impropriedade na equiparação dos educandários aos hospedeiros, pois a hospedagem é acessória na educação, mas *imperat a presunção de*

*culpa in vigilando* que se estende ao diretor do estabelecimento de ensino por exercer sobre seus discípulos um dever de vigilância sancionado pela presunção de culpa. Para libertar-se da presunção, deveria provar que não houve culpa por parte do estabelecimento. Registra Reinholdo A. Ullmann<sup>27</sup> as razões históricas que certamente levaram à preocupação com a disciplina e com os danos provocados por estudantes, em interessante trabalho sobre a Universidade Medieval.

#### 4 A RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO<sup>28</sup>

No caso de estabelecimentos públicos de ensino, segundo lição de Clotildes Duarte<sup>29</sup>, *o estado tem não apenas a obrigação da prestação do ensino fundamental público e gratuito, tem mais ainda, a responsabilidade de prestar tal serviço com as garantias que lhe são próprias, impostas pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (...)*.

A responsabilidade do estabelecimento público de ensino, ao contrário do estabelecimento particular, em que a responsabilidade se rege pela culpa presumida segundo a doutrina clássica, rege-se pela res-

A responsabilidade, em geral impulsionada por fatores sociais e econômicos, avança em direção a novas fronteiras. A busca da eficácia, da efetividade social e econômica do contrato faz nascer o que a doutrina italiana chamou de "relações contratuais" de fato. A doutrina nacional e estrangeira, em sistemático e seguro trabalho, constrói novas responsabilidades fazendo-as visíveis, revelando antes ocultas e obscurecidas novas dimensões da responsabilidade civil, construindo a responsabilidade social.

ponsabilidade objetiva das pessoas jurídicas de direito público<sup>30,31</sup>, segundo observação de Gonçalves. A educação e sobretudo o sistema de ensino incluem-se entre os serviços públicos próprios e essenciais<sup>32</sup>, acarretando, pois, responsabilidade objetiva. A Constituição Federal de 1988, art. 37, § 6º, consagra a teoria do risco administrativo, reconhecida tanto pela doutrina como pela jurisprudência<sup>33</sup>, teoria da responsabilidade objetiva, por prescindir da apreciação dos elementos subjetivos (culpa ou dolo), e parte da idéia de que toda a atividade estatal envolve um risco de dano. Causado o dano, o Estado responde<sup>34,35</sup>.

Na hipótese de violência e agressão interna nas escolas públicas ou em consequência de suas atividades, a União, o Estado e o Município responderão pelas ocorrências<sup>36</sup>. O nexo direto de causalidade e o dano são requisitos para fixar a responsabilidade do ente público<sup>37</sup>. Tratando-se de omissão do serviço público, parte da doutrina e a jurisprudência não aplicam a teoria da responsabilidade objetiva, mas a teoria da culpa anônima do serviço<sup>38</sup>, a *faute du service*, citando-se como paradigmas os julgados constantes na RTJ 70/704, RDA 38/328, RTJ 47/378.

Registra-se dissensão entre os doutrinadores sobre a aplicação do CDC no caso de ensino público deficiente, isto é, com vícios de insuficiência e inadequação. Para aqueles que, como Benjamin e Cláudia Lima Marques, aplicam o art. 18 do CDC aos serviços públicos, a responsabilidade da instituição seria aferível pela teoria da falta do serviço, espécie de responsabilidade subjetiva, com culpa presumida em face da inversão do ônus da prova, aplicando-se o art. 6º, inc. VIII, do CPC. O aluno estaria desobrigado de provar a conduta desidiosa da instituição.

Adalberto Pasqualotto<sup>39</sup> não aplica o CDC aos serviços públicos próprios<sup>40</sup> e considera que *a inadequação dos serviços públicos também obedece à segunda disciplina*, isto é, à responsabilidade culposa. Não é tarefa fácil, como se vê, submeter os serviços educacionais, sem mais ponderações, às teorias tradicionais diante da complexidade do processo ensino/aprendizagem, de seu aspecto relacional. O mais adequado afigura-se considerar a deficiência e a ausência de qualidade na prestação do ensino como falta do serviço, submetendo-se a questão à teoria subjetiva da culpa. Os estabeleci-

mentos públicos de ensino, pela falta do serviço ou insuficiência, respondem pela teoria da culpa anônima do serviço, teoria subjetiva<sup>41</sup>, pela singela razão de que o Estado não pode ser transformado em “segurador universal”, e por ser a regra geral em relação aos serviços públicos aquela do art. 37, § 6º, da Constituição Federal de 1988, que afasta a aplicação do art. 22 do CDC.

## 5 A RESPONSABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO

Apesar de o ensino ser livre quando ministrado pelas instituições privadas, é condicionado pelas exigências do art. 209 da Constituição Federal de 1988, obrigado a cumprir as normas gerais da educação nacional, obter a autorização<sup>42</sup> e submeter-se à avaliação<sup>43</sup> de qualidade pelo Poder Público. A iniciativa privada tem um papel supletivo, pois a educação foi considerada um direito social sendo, pois, “questão de princípio” e prevalência do regime federal e público da educação. A educação é questão de relevância pública<sup>44</sup>, mesmo quando prestada por instituições de ensino privado,<sup>45</sup> estando ao abrigo do art. 129, II, da Constituição Federal de 1988.

Em síntese, antes do advento do Código do Consumidor, a doutrina brasileira entendia que a responsabilidade dos estabelecimentos particulares de ensino privado por danos causados aos alunos e a terceiros regia-se pela responsabilidade subjetiva, teoria da culpa, culpa presumida, *in vigilando*, pois os estudantes estavam sob a guarda do estabelecimento.

Como anteriormente ressaltado, a responsabilidade civil avança em direção a novas fronteiras e supera gradativamente, por insuficiência, o princípio da culpa<sup>46</sup>, bem como o princípio da relatividade dos contratos<sup>47</sup>. O princípio da boa-fé objetiva passou a desempenhar papel relevante e central na interpretação das avenças envolvendo o consumidor e o fornecedor, incluindo-se aí os serviços educacionais, embora tenham peculiaridades próprias.

A questão evoluiu em face da massificação do ensino e da generalizada ilusão de que o diploma universitário garante, por si só, acesso aos melhores empregos. A massiva propaganda, páginas inteiras de jornais, postos de vendas em *shoppings* são fatores que devem ser lembrados.

O crescimento da oferta do ensino é consequência direta da valorização dos cursos superiores na sociedade. Acredita-se que, com o diploma do curso superior, a colocação será garantida no mercado de trabalho – cada vez mais competitivo e restrito –, o que não ocorre. Não é o crescimento do número de cursos, mas a ausência de qualidade de alguns que torna a questão problemática e merecedora de detida atenção. Segundo Paulo Jorge Guimarães<sup>48</sup>, *esse crescimento na oferta de ensino não seria preocupante se não fosse a baixa qualidade do serviço posto a disposição. Muitas dessas instituições de ensino, que por ironia são as que possuem as mensalidades mais caras, não dão a seus alunos as mínimas condições para o aprendizado, tendo como principal objetivo e às vezes o único, o lucro.*

## 6 O PODER DE CONTROLE SOBRE O SISTEMA DE ENSINO

Com efeito, a preocupação com a qualidade do ensino foi tão grande que o governo federal implantou o chamado “Provão”<sup>49</sup>, o “Exame Nacional de Cursos”, que incentiva os alunos do último ano do curso a realizarem prova de conhecimentos com o objetivo de classificar as melhores e as piores instituições, sendo tal informação disponibilizada ao público. Os dados resultantes do Enem – Exame Nacional do Ensino Médio – já são um bom parâmetro para avaliação da qualidade, construindo um indicador, uma prova que pode ser usada para responsabilizar administrativa e civilmente a instituição ineficiente; por outro lado, elemento de defesa que pode também ser usado pela instituição quando lhe favorecer.

No que se refere aos cursos de Direito, os exames da OAB são poderosos indicadores de desempenho acadêmico e da adequação dos cursos oferecidos. A questão da participação dos estudantes “treineiros” nos exames da OAB ganha solução adequada com a percepção de que os que não concluíram o curso pudessem prejudicar o indicador da instituição.

## 7 A ESPECIFICIDADE DA RELAÇÃO ENSINO/APRENDIZAGEM

O processo de ensino/aprendizagem é relacional e depende muito do aluno, do seu esforço e dedicação ao estudo. Cabe aos professores exigir-lhe atenção e interesse. É

obrigação da instituição realizar um sério processo de seleção vestibular, habilitando os melhores alunos e permitindo a diplomação apenas daqueles considerados aptos. A expedição do diploma, a diplomação, é atestado de competência acadêmica, é a prova da formação recebida pelo titular (art. 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)<sup>50</sup>. Não há possibilidade de se configurar um “dano”, pois a educação sempre constrói, daí a falha é sempre pres-tável.

O vínculo contratual entre o aluno e a instituição é relação de longa duração e tem a finalidade de transmitir, de forma eficiente, conhecimentos e competências úteis e indispensáveis à educação e ao mundo do trabalho. Um dos fins determinados pela Constituição Federal de 1988, no art. 206, é o da qualificação para o trabalho e o do exercício da cidadania.

Por outro lado, é certo que a instituição universitária não pode obrigar o aluno a ser diligente e a frequentar as aulas, mas tem o dever de acompanhá-lo, alertá-lo<sup>51</sup>, reprová-lo, impedindo a sua progressão no curso, se não estiver apto.

A responsabilidade da instituição pelos ensinamentos que ministra aos estudantes necessita da dedicação da doutrina, pois afigura-se de difícil estabelecimento<sup>52</sup>. Guimarães, na obra citada, refere um precedente envolvendo um ex-aluno da Universidade de Harvard, Dascomb Handerson, que foi despedido de seu emprego após aplicar uma fórmula matemática ensinada na faculdade, o que causou à instituição empregadora grande prejuízo<sup>53</sup>. Em primeiro grau, a ação foi extinta e, em grau de recurso, foi determinada a instrução e o julgamento. A ação não foi julgada procedente, mas o autor refere que as instituições de ensino passaram a ser mais cautelosas quanto aos serviços prestados.

## 8 O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS<sup>54</sup>

Prosseguindo em direção à reunião de fundamentos para tornar mais efetiva a responsabilidade das instituições de ensino, é necessário alinhar algumas considerações sobre o contrato de prestação de serviços educacionais. Trata-se de contrato bilateral, oneroso, comutativo, e de longa duração, constituindo uma relação jurídica complexa, com pluralidade de direitos e deveres. Claudia Lima Marques<sup>55</sup> sustenta cuidar-se de



uma prestação de serviços cuja obrigação é de resultado. O art. 43 da Lei n. 9.394/1996 estabelece como finalidades da educação: *I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II - formar e diplomar pessoas nas diferentes áreas do conhecimento, tornando-as aptas para a inserção em setores profissionais e para participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, propiciando-lhes ainda formação contínua; III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento sobre o homem e o meio em que vive; IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação; V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a consequente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; VII - prestar serviços especializados à comunidade, estabelecendo com ela relações de reciprocidade; VIII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.*

Assim, não são poucos os resultados que a lei pretende ver atingidos. Longe desse ideal, já seria muito a consecução parcial das finalidades da educação. Inadequado, defeituoso, será o ensino que não ministra aos alunos os conhecimentos básicos inseridos no longo catálogo; inadequado é o ensino que não habilita o aluno a disputar uma colocação no mercado de trabalho. É lógico que não se trata de assumir a responsabilidade pela obtenção de um emprego, mas o ensino deve conduzir o aluno a não ver frustradas as suas normais e razoáveis expectativas mínimas. Não se trata de responsabilizar a instituição por eventual insucesso do aluno na busca de inseri-lo no mercado de trabalho, mas há um degrau mínimo de expectativas a serem satisfeitas.

O não-cumprimento das normas regulamentares pelo estabelecimento presume a impropriedade do serviço. O cumprimento "precário" das normas também não atende o que se espera, pois a Constituição Federal de 1988 refere que o ensino deve seguir padrões de qualidade<sup>56,57</sup> (art. 206, inc. VII, e art. 2º da Lei n. 9.394/1996). Para classificar-se um serviço como "de qualidade" ele deve exceder ao que normalmente se espera, como dizem os teóricos da qualidade.

Com a expedição do diploma, a instituição de ensino atesta que o aluno possui as condições de exercer a profissão para a qual foi habilitado. Ao não conseguir sequer inscrever-se no órgão de classe<sup>58</sup>, por exemplo, compromete-se a presunção de boa qualidade do ensino.

#### 9 A INADEQUAÇÃO DO SERVIÇO POR VÍCIOS

Diz Guimarães<sup>59</sup> que *a proteção do vício de qualidade do serviço é nova no nosso sistema jurídico*. Leciona, de sua parte, Sanseverino<sup>60</sup> que vícios e defeitos, *em que pese a possibilidade de aproximação no plano teórico, na prática são institutos distintos*. No defeito, o bem jurídico tutelado é a segurança física e patri-

monial do consumidor; nos vícios, *protege-se a adequação do produto ou serviço à finalidade a que se destina*. Nos defeitos, não há necessidade de vínculo contratual entre o consumidor lesado e o fornecedor; nos vícios, há ampla solidariedade entre os fornecedores, há necessidade da cadeia contratual a unir o consumidor e o fornecedor.

Os regimes jurídicos também diferem. Nos defeitos, a responsabilidade do fornecedor é ampla, devendo ser reparada a totalidade dos danos patrimoniais e extrapatrimoniais. Nos vícios, a responsabilidade do fornecedor é mais restrita, resume-se à substituição do produto, reexecução do serviço, rescisão do contrato, abatimento do preço, perdas e danos. O mesmo fato, segundo o autor, pode encaixar-se simultaneamente nos dois regimes. A idéia serve para enquadrar a prestação de ensino que se mostrar comprometido por vícios<sup>61</sup> e pelas peculiaridades antes apontadas na categoria de vícios.

A situação não encontra dificuldade maior em ser definida como uma relação de consumo<sup>62</sup>, especialmente quando o ensino é prestado por instituição particular. O legislador<sup>63</sup> afastou dúvidas ao estabelecer que os contratos de prestação de serviços educacionais devem obedecer ao CDC. O bloco dos arts. 18 ao 25 do CDC cuida da responsabilidade por vício do serviço. A responsabilidade do fornecedor do serviço será possível em três hipóteses: vícios por impropriedade, vícios por diminuição do valor, vícios por disparidade com as indicações. Presta-se à excelência para o nosso objetivo, o de fixar a responsabilidade da instituição de ensino pelo serviço oferecido, o disposto no § 2º, no qual o serviço é considerado impróprio quando *se mostra inadequado para os fins que razoavelmente deles se esperam, bem como aqueles que não atendam às normas regulamentares de prestabilidade*.

O aluno que ingressa em um curso de Direito, em uma instituição particular, tem a expectativa razoável de poder exercer a profissão de advogado, e o mínimo que se pode esperar é que consiga obter a sua inscrição no órgão de classe. Não obtendo o estudante diplomado a inscrição nos quadros da OAB, já se tem um indicador seguro de que a "diplomação" não deveria ter ocorrido. É possível, e a verificação foi feita<sup>64</sup>, constatar existirem algumas institui-

Na hipótese de violência e agressão interna nas escolas públicas ou em consequência de suas atividades, a União, o Estado e o Município responderão pelas ocorrências. O nexo direto de causalidade e o dano são requisitos para fixar a responsabilidade do ente público. Tratando-se de omissão do serviço público, parte da doutrina e a jurisprudência não aplicam a teoria da responsabilidade objetiva, mas a teoria da culpa anônima do serviço (...)

ções de ensino privado que estão sistematicamente no topo da lista campeã de reprovação. O exame do Enem é outro indicador a ser considerado. É possível verificar as instituições cujos alunos passam dificuldades, reiteradamente com os piores desempenhos, sem conseguir ultrapassar a primeira porta em direção ao mercado de trabalho. A responsabilidade então deriva da garantia implícita do art. 24 do CDC, de que o serviço prestado deve ser adequado. Não é adequado o serviço educacional quando o aluno não consegue ao menos inscrever-se no órgão profissional para cuja profissão foi diplomado, ou não consegue ultrapassar a barreira do vestibular.

#### 10 A PÓS-EFICÁCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS

É complexo o contrato de prestação de serviços educacionais, pois distribui direitos e deveres de diversas dimensões. Há dimensões que ultrapassam a própria vida do contrato. Uma filiação universitária é uma relação para toda a existência do aluno e do profissional<sup>65</sup>, estará sempre em seu *curriculum*. Em conclusão, o contrato de prestação de serviços educacionais é daqueles que projeta obrigações póstumas<sup>66</sup>.

A doutrina, a propósito da pós-eficácia das obrigações, não tem um fundamento unânime ou unitário. No Direito alemão, na década de 1930, surgiram os primeiros estudos com Willi Heil<sup>67</sup>, que se dedicou ao tema centrando-se nas relações de trabalho.

O primeiro fundamento apegase às diversas manifestações legais que concedem efeitos a obrigações extintas. Leciona Maurício Jorge Mota<sup>68</sup> ser, por exemplo, o caso da revogação da procuração pelo mandante. Mesmo extinto o mandato, não pode ser tal revogação oposta aos terceiros que, ignorando o fato, concluíram negócios com o mandatário (art. 1.318 do Código Civil). O direito da mulher de optar por permanecer usando o nome de casada é outro exemplo.

O Código de Defesa do Consumidor, em dois dispositivos, prevê casos de pós-eficácia: o do art. 10, § 1º, que estabelece para o fabricante o dever de realizar aviso público após a venda do bem, se tem conhecimento de algum fato que possa prejudicar o consumidor; e o do art. 32, que fixa a responsabilidade dos fabrican-

tes, uma vez cessada a fabricação, de continuar, por período razoável de tempo, com a oferta de componentes ou peças de reposição.

Essas manifestações do fenômeno não repousam sobre o mesmo princípio. A procuração pós-eficaz tutela a confiança e a aparência; o fornecimento de peças de reposição fundamenta-se no princípio da informação e no da boa-fé, ou lealdade contratual.

O terceiro fundamento tendente a justificar o fenômeno é o da *culpa post pactum finitum*, que sustenta existirem relações jurídicas que, por sua natureza mesma, produzem efeitos depois de extintas. A pós-eficácia estaria insita nas relações contratuais duradouras. Segundo Maurício Mota<sup>69</sup>, a pós-eficácia das obrigações deve ser buscada no princípio da boa-fé, *o vínculo obrigacional compreende, ou pode compreender, a prestação principal, prestações secundárias e deveres acessórios: a primeira relaciona-se com a atividade dominante exigida do devedor; as segundas redundam de disposições legais ou convencionais (...) que servem à prestação principal (...) as terceiras derivam diretamente ou indiretamente da boa-fé e integram as adstrições necessárias à boa realização da prestação e à proteção das partes*. É bem de ver que cada vínculo pode possuir graus diversos de intensividade, e assim arremata o autor citado: (...) *em alguns negócios jurídicos o conteúdo do negócio é formado imediatamente pelos deveres da boa-fé, como na hipótese da gestão de negócios*. Insere-se a pós-eficácia das obrigações nos deveres de lealdade e de preservação da finalidade da obrigação extinta e destina-se a assegurar ou manter a efetiva obtenção e manutenção do escopo contratual. O autor referido distingue duas hipóteses: a **pós-eficácia virtual**, que se verifica em determinados contratos em que alguns deveres só podem ser executados depois de extinta a relação contratual, como a devolução dos documentos e papéis que houver recebido do cliente ao final da relação advocatícia, e a **eficácia continuada**, o caso em que os elementos que continuam são de alguma forma posteriores à parte contratual já realizada. Por exemplo, após vender um estabelecimento comercial, o vendedor não pode montar novo estabelecimento na área pelo prazo de alguns anos.

Por fim, na **pós-eficácia das obrigações *scripto sensu***, o cerne

está construído pelos deveres acessórios e são decorrentes da boa-fé e de suas concretizações. Não estão previstas por disposição legal expressa, não estão previstas no contrato, mas a persistência das obrigações fundamenta-se na consideração de que ao Direito repugna seja o cumprimento do contrato desvirtuado por cumprimentos vazios. A pós-eficácia nos interessa de perto para os objetivos pretendidos. Ela pode se manifestar por três vetores, a saber: deveres de reserva<sup>70</sup>, dever de segredo e deveres de **garantia da fruição pela contraparte do resultado do contrato concluído**. É justamente esse último aspecto o referível ao contrato de prestação de serviços educacionais. A instituição de ensino<sup>71</sup>, em face da pós-eficácia do contrato de serviços educacionais, está obrigada a garantir, após a expedição do diploma, que o seu ex-aluno atinja as finalidades mínimas do curso. É ela responsável pelo padrão mínimo de qualidade. Não se trata, contudo, da responsabilidade objetiva extremada, mas mitigada.

#### 11 O FUNDAMENTO DA RESPONSABILIDADE

A doutrina não diverge tocante à responsabilidade civil no CDC. Todos reconhecem o princípio geral da responsabilidade objetiva pela teoria do risco da atividade<sup>72,73,74,75,76</sup>. Parte da doutrina sustenta que, em caso de vícios por ineficiência ou inadequação, *o regime é fundamentalmente o de responsabilidade culposa, muito embora com culpa presumida*, referência aduzida por Pasqualotto. Já Nery Júnior refere que *é inaplicável às relações de consumo o sistema da responsabilidade com culpa do Código Civil. O regime de responsabilidade objetiva do CDC deve aplicar-se, de consequente, a todas as hipóteses de relação de consumo quando surgir a questão do dever de indenizar o consumidor pelos danos por ele experimentados, o fundamento da indenização integral do consumidor constante do art. 6º, inc. VI, do CDC é o risco da atividade*. O risco<sup>77,78,79</sup> *ganha maior relevo no âmbito civil, podendo ser aplicado pelo julgador não somente quando a lei expressamente o admitir, única hipótese que a doutrina e a jurisprudência entendiam possível a sua incidência, mas também sempre que a atividade desenvolvida pelo autor do dano implicar perigo para os direitos de outrem, circunstância que poderá ser reconhecida*,

no caso concreto, pelo julgador. Nas atividades privadas, reconhece-se o risco-proveito, o risco-garantia, o risco ambiental e o risco profissional.

Há, contudo, de se ponderar que a adequação ao fundamento não é perfeita, pois a atividade educacional não é *potencialmente causadora de danos*. A prestação de serviços educacionais é complexa, geradora de vínculos e relações recíprocas. Não tendo sido adequada (eficiente, contínua e adequada em sentido estrito), responde a instituição pelos vícios do serviço, que é de prestar, e não de indenizar.

O fundamento mais adequado, diante da constatação de que “educar” não é “atividade de risco”, parece então ser a teoria do risco-garantia ou a teoria do sacrifício, aliado ao princípio da boa-fé objetiva. Este último apresenta relevância especial, pois é uma via de mão dupla. A boa-fé objetiva (*Treu und Glauben*) apresenta-se como um modelo ideal de conduta, que se exige dos integrantes da relação educacional na busca do correto adimplemento, serve de obstáculo a que maus alunos<sup>80</sup> busquem indenizações por prejuízos aos quais emprestaram colaboração decisiva ou exclusiva<sup>81,82</sup>.

A responsabilidade objetiva mitigada permite a exclusão da responsabilidade por determinados fatos que rompem o nexo causal. Em hipótese alguma se chegaria à teoria do risco integral.

A responsabilidade dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino deve ser investigada a título de culpa. Nas relações internas entre os fornecedores, da instituição em relação ao professor displicente, faltoso, a responsabilidade passa a ser subjetiva, na linha da lição de Cláudia Lima Marques<sup>83</sup>.

A forma mais adequada e útil ao estudante parece ser a reexecução do serviço, por determinado período, relativamente às matérias em que o estudante apresentou deficiências, sem ônus para o consumidor. O vício não se indeniza, mas se corrige.

A responsabilidade do professor segue a linha da responsabilidade do profissional liberal do art. 14, § 4º, do CDC. O motivo, segundo Sanseverino, repousa no juízo da razoabilidade do legislador<sup>84</sup>.

Em conclusão:

A responsabilidade da instituição pública de ensino rege-se pela teoria do risco administrativo, art. 37, § 6º, da Constituição Federal de 1988. Em caso de omissão ou vício, aplica-

se a teoria da falta anônima do serviço, subjetiva. Tratando-se de serviço público, a relação é institucional e não se aplica o CDC.

No caso da instituição privada de ensino, plenamente aplicável o CDC, pois prestação de serviços, mas com notas de distinção. Aplica-se a responsabilidade objetiva (mitigada, em consideração às particularidades). O fundamento é a teoria do risco-garantia e a teoria do sacrifício, juntamente com o princípio da boa-fé objetiva. Observa-se ainda a pós-eficácia das relações contratuais ou a superação da distinção entre responsabilidade contratual e aquiliana (trata-se de um *tertius genus*).

Torna-se difícil considerar o serviço de prestação de atividades educacionais como “obrigação de resultados”; preferível enquadrá-la como “obrigação de meios”<sup>85</sup>. Mais apropriada a hipótese de se tratar de uma “obrigação de resultados mitigada”.

A responsabilidade civil do professor segue a linha da responsabilidade subjetiva do profissional liberal do art. 14, § 4º, do CDC. Já os dirigentes dos estabelecimentos de ensino respondem objetivamente pelo cumprimento das regras administrativas, na medida de sua autonomia.

Este trabalho é apenas uma contribuição para agregar-se às já

existentes, na certeza de que *não é tarefa fácil, nem é uma tarefa individual. Mas se é verdade que a paciência dos conceitos é grande, a paciência da utopia é infinita*<sup>86</sup>.

## NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 Conclusões aprovadas no 4º Congresso Brasileiro de Direito do Consumidor. A sociedade de serviços e a proteção do consumidor no mercado global. *Revista de Direito do Consumidor*, Gramado, v. 26, p. 237, mar. 1998.
- 2 A jurisprudência é consistente na questão da responsabilidade civil, v.g., RESp n. 297007/RJ, STJ, Quarta Turma, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, julg. em 14/8/2001, DJU de 18/3/2002, p. 356, LexSTJ, v. 153, p. 186. (...) *Acidente ocorrido em sala de aula, durante experiência com álcool efetuada pela professora* (...). - AC n. 1994.01.11132-4/BA, TRF-1ª Região, Quarta Turma, Relatora Desembargadora Federal Eliana Calmon. (...) 2. *Não tem responsabilidade por furto de veículo, pessoa jurídica dedicada a atividade de ensino – universidade, quanto aos ilícitos ocorridos em estacionamentos abertos, sem controle e freqüentado por todos* (...). - AC N. 97.04.21076-0/PR, TRF-4ª Região, Terceira Turma, Rel. Juiz convocado Marcelo De Nardi, julg. em 10/12/1998, DJU de 27/01/1999, p. 543. 1. *Não há responsabilidade de ente da administração federal por furto de veículo particular estacionado em recinto controlado (...) ainda que haja controle por vigilantes e cartões de entrada e saída*. - AC n. 2002.84.00.005724-0/RN, TRF-5ª Região, Terceira Turma, Rel. Des. Federal Rivaldo Costa, julg. em 10/4/2003, DJU de 29/05/2003, p. 566. *Furto de veículo em estacionamento de estabelecimento federal de ensino superior* (...). (...) *Vigilância negligente*. (...) *Obrigação de indenizar* (...). - AC n. 99.05.49439-1/RN, TRF-5ª Região, Segunda Turma, Rel. Des. Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho, julg. em 5/2/2002, DJU de 18/10/2002, p. 749. (...) *inexistindo qualquer tipo de controle dos veículos que entram e saem do local, fica afastada a configuração de um eventual contrato de depósito, confirmando-se a rejeição da pretensão indenizatória* (...). - Os precedentes publicados na RT 612/44, RJTSSP/106/37, registram caso de acidentes em que a vítima é o aluno. Responsabilidade civil reconhecida. - RT 597/173 noticia caso de morte de aluno do curso de educação física em aula de natação. Método arriscado de ensino. Culpa do professor. Responsabilidade solidária da universidade. Indenização devida. - JTJ Lex 207/112. Responsabilidade civil por dano moral. Menor agredido e humilhado em estabelecimento escolar. Alegação da ré de que o fato foi simples brincadeira de pátio. Indenização devida. - JTJ Lex 230/83 e 101. Aluno alvejado por colega. Responsabilidade civil do Estado.

- Dano material. Aluno alvejado por colega resultou paraplégico. Indenização devida. Propostas de oficinas para discussão:
- 1) Filme "Tiros em Columbine" – Estudo das concausas.
  - 2) Filme "Sociedade dos Poetas Mortos" – Responsabilidade pelo suicídio do aluno.
  - 3) Filme "Amarcord" – Cena de aula e sua influência no gênio criativo de Fellini.
  - 4) Filme ou Livro – "O Nome da Rosa" – Umberto Eco – Relação "professor-aluno".
- 3 BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988. Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.
  - 4 ROPPO, Enzo. *O contrato*. Coimbra: Almedina, 1988.
  - 5 LORENZETTI, Ricardo. *Las nuevas fronteras de la responsabilidad civil: análisis económico – responsabilidad civil – protección de la parte débil* – Separata 26 trabalhos, 12/310.
  - 6 MARQUES, Cláudia Lima. *Os Contratos no Código de Defesa do Consumidor*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998. 668 p.
  - 7 STOCO, Rui. *A Responsabilidade civil e sua interpretação jurisprudencial: doutrina e jurisprudência*. 3. ed. rev. amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
  - 8 FRANCIULLI NETTO, Domingos; MENDES, Gilmar Ferreira; MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva (coords.). *O Novo Código Civil: estudos em homenagem ao Prof. Miguel Reale*. São Paulo: LTR, 2003. 1423 p.
  - 9 GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade civil*. São Paulo: Saraiva, 2001.
  - 10 DUARTE, Clotildes Fagundes. Responsabilidade por danos ocorridos em escolas públicas. *L & C - Revista de Direito e Administração Pública*, Brasília, n. 25, p. 25, 2000.
  - 11 Parte Geral, arts. 186, 187 e 188 do Código Civil.
  - 12 Art. 421 do Código Civil.
  - 13 Art. 422 do Código Civil. Pela boa-fé objetiva tem-se um padrão objetivo de conduta, lealdade, transparência; ao contrário da subjetiva, não tem relevância a intenção e o estado de ânimo dos contratantes.
  - 14 AI n. 555096-PB, 4ª. Turma. Relator: Ministro Cesar Asfor Rocha. Brasília, 10 de dezembro de 2003. Diário da Justiça, 19 de dezembro de 2003. Aluno retirado de aula, uso da cópia de livro didático não é adequado.
  - 15 AI n. 498192-RJ, 4ª. Turma. Relator: Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira. Brasília, 29 de maio de 2003. Diário da Justiça, 13 de junho de 2002. Negligência no dever de vigilância.
  - 16 AI n. 377973-SP, 1ª. Turma. Relator: Ministro Humberto Gomes de Barros. Brasília, 25 de junho de 2002. Diário da Justiça, 2 de agosto de 2002. Aluno morto por terceiros que invadiram escola.
  - 17 GONÇALVES, *op. cit.*, p. 156.
  - 18 TEPEDINO, Gustavo. *Temas de Direito Civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. p. 7-13.
  - 19 SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. *Responsabilidade civil no Código do Consumidor e a defesa do fornecedor*. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 41. Entende que sim, só sendo excluído o CDC se o dispositivo for incompatível com o novo Código Civil. No mesmo sentido, Gonçalves, *op. cit.*, p. 158.
  - 20 MARQUES, Cláudia Lima; SCHMITT, Cristiano Heineck. Visões sobre os planos de saúde privada e o Código de Defesa do Consumidor. In: Márcio Iorio; TOJAL, Sebastião Botto de Barros (orgs.). *Curso de especialização à distância em Direito Sanitário para membros do Ministério Público e da Magistratura Federal*. Brasília: Fiocruz, Universidade de Brasília, Escola Nacional de Saúde Pública, 2002.
  - 21 DE ANGEL, Yaguez, 1988 *apud* DUARTE, *op. cit.*
  - 22 ALABART, Díaz Silvia. Un apunte histórico para la determinación de la responsabilidad de los maestros en el artículo 1.903 del Código Civil. *Actualidad Civil*, Madrid, n. 190, p. 333.
  - 23 AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. 18.ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 111. Professor de Retórica, ao chegar a Roma: (...) *mas aí sou informado de que em Roma estavam em praxe alguns procedimentos que não tolerava na África* (...).
  - 24 DUARTE, *op. cit.*, p. 26.
  - 25 RIVERO, Juan. *Direito Administrativo*. Trad. de Rogério Soares. Coimbra: Almedina; 1981.
  - 26 GONÇALVES, *op. cit.*
  - 27 ULMANN, Reinhold Aloysio. *A Universidade Medieval*. 2. ed. Porto Alegre: Edipurs, 2000. 488 p. (Coleção Filosofia). Os problemas da disciplina dos estudantes podem ser acompanhados ao longo da história, desde o nascimento das universidades. Como curiosidade, pode-se verificar na obra do medievalista Reinhold Aloysio Ullmann, Edipurs, 2 ed. Coleção Filosofia 111, 2000, *A Universidade Medieval*, que registra: *os estudantes berram e fazem barulho, andam na pândega e freqüentam as casas de prostitutas, cantam e dançam; jogam cartas e xadrez; são viciados nos dados e noutros jogos de sorte; andam dia e noite por toda a cidade; pavoneiam-se por todo o lado com as roupas da moda; comportam-se de forma provocatória com os comerciantes, com os membros das corporações e com as forças da ordem; possuem armas e por vezes fazem mesmo uso delas. Não são a universalidade e o conhecimento que os atraem, mas as diversões e a sedução da vida citadina. Não faltam entre eles poetas e menestrelis. Nessa ambiência surgiram a poesia jocosa, denominada goliardica e os Carmina Burana*. Prossegue o Prof. Ullmann relatando, ao estudar os costumes estudantis, que *escândalos e punições são as justas palavras com que principiámos este item. Os maus costumes dos estudantes provocavam desordens nas ruas, e as danças perturbavam a paz dos estudos*. Relata que em 1229 *professores e estudantes da Universidade de Paris migraram para Angers em virtude de hostilidades entre os scholares e os cidadãos, sendo mortos dois alunos nos conflitos. Na ocasião, as autoridades públicas não puniram os culpados. A preguiça e o desleixo dos estudantes em aula era castigada com a chamada nota asini, ou distintivo de asno, que consistia em impor ao mais preguiçoso da sala ter que portar um boné com figura asinina, além disso eram castigados com vara e verbalmente. E havia também proibição de atividades. Em Perpignano aragonesa, em 1381, as autoridades sentiram-se obrigadas a proibir aquilo que era clara tradição dos estudantes de artes: mascarados e fantasiados de judeus, sarracenos e mulheres, atitude que se supunha envergonhar e prejudicar os imitados, corriam por todo o lado nos dias de São Nicolau, Santa Catarina e Santa Eulália. Eram contudo profundamente religiosos, tinham como padroeiro São Nicolau, e os estudantes de Medicina, Cosme e Damião. Havia grande devoção eucarística e intensa participação na festa de Corpus Christi, os estudantes acompanhavam a procissão. Vê-se, assim, que a disciplina estudantil sempre foi questão de preocupação. No que respeita à qualidade do ensino, há poucas referências mas relata Ulmann que, de início, em Bolonha e Paris (p. 138 e et seq.), os professores podiam ser afastados por votação secreta entre os alunos, e o mestre que chegasse tarde às aulas pagava uma multa de vinte soldi.*
  - 28 RE n. 109615/RJ, Primeira Turma, Relator Ministro Celso de Mello, julgado em 28.05.1996, publicado no DJU de 02.08.1996, RTJ 140/636; RE n. 116333, Segunda Turma, Relator Ministro Carlos Madeira, julgado em 30.06.1998, publicado no DJU de 19.08.1988, RTJ 55/503, RTJ 71/99.
  - 29 DUARTE, *op. cit.*, p. 26.
  - 30 GONÇALVES, *op. cit.*
  - 31 CAHALI, Yussef Said. *Responsabilidade do Estado*. 2. ed. São Paulo, 1996.
  - 32 A Lei 7.783/1999, art. 10, estabelece o que são serviços essenciais para efeito do exercício do direito de greve de forma incompleta, pois não elenca a educação, que se acredita ostente certa essencialidade sob o ponto de vista social.
  - 33 STF, RT 751/203.
  - 34 DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2000. 674 p. p. 504.
  - 35 Verificar CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; SANTOS, Viviane Teresinha dos. *Inventário Deops - Módulo II - Estudantes: os subversivos das Arcadas*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2001. 174p.
  - 36 SIQUEIRA, Marli Aparecida da Silva. Violência nas escolas públicas e a responsabilidade patrimonial do município, estado e União. *L & C - Revista de Direito e Administração Pública*, Brasília, n. 56, p. 30, fev. 2003.
  - 37 Os elementos são: a alteridade do dano, a causalidade material e a oficialidade da conduta (RE 109615/RJ).
  - 38 BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 673. No mesmo sentido, Caio Tácito e Aguiar Dias.
  - 39 PASQUALOTTO, Adalberto. Os serviços públicos no CDC. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, n. 1, p. 130, 1990.
  - 40 Os serviços públicos próprios não são pagos diretamente pelo consumidor, mas



- custeados por impostos, daí não se enquadrarem na categoria de serviços de consumo.
- 41 RE n. 179147-SP, 2ª. Turma. Relator: Ministro Carlos Veloso. Brasília, 12 de dezembro de 1998. Diário da Justiça, 27 de fevereiro de 1998.
- AC n. 1998.34.00.0035218-DF, TRF – 1ª. Região – 5ª. Turma. Relatora: Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida. Brasília, 3 de dezembro de 2001. Diário da Justiça, 21 de janeiro de 2002.
- 42 A autorização para funcionar tem sido debatida em juízo. São exemplo as ações mencionadas às fls. 4 e 18.
- 43 A avaliação dos cursos é motivo de intenso debate pela imprensa como demonstra o noticiário exemplificativamente coletado. O Programa Globo Repórter da segunda semana de junho exibiu pesquisa reveladora das dramáticas deficiências do ensino público de primeiro grau.
- 44 A instituição privada também se submete aos princípios da educação. Os pais não podem educar os filhos fora da rede escolar (Mandado de Segurança n. 7.407 – Guanabara, STF, Rel. Min. Candido Motta, julg. em 29.06.1960).
- 45 Sobre o predomínio do “princípio do mercado”, ele agora é diferente, faz apelo ao princípio da comunidade com as idéias que desenvolve de participação, solidariedade (...). Santos, 1955:225.
- 46 SANSEVERINO, *op. cit.*, p. 41.
- 47 O princípio da relatividade dos contratos e o *privity of contract* – efeito relativo, os contratos só obrigam as partes, em relação a terceiros são *res inter alios acta*.
- 48 GUIMARÃES, Paulo Jorge Scartezini. A responsabilidade das instituições de ensino superior pelo vício no serviço prestado: notas e propostas legislativas. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, n. 40, p. 266, out./dez. 2001.
- 49 CASTRO, Claudio de Moura. A nova geografia da excelência. *Veja*, São Paulo, n. 1859, 23 jun. 2004. *O Provão continuará sendo a primeira e melhor fonte de informação*.
- 50 O estabelecimento do paradigma escolar deverá ser feito pelo “aluno padrão”, que não será evidentemente o pior nem o aluno laureado.
- 51 No processo administrativo educacional impera soberanamente o princípio do informalismo. Verificar aplicação da pena de suspensão por “trote violento” (RT 738/299, Emb. Infr. 282.112-1/5-01, 4ª. Câ., j. 05.12.1996).
- 52 Rev. Consultor Jurídico, 31 de março de 2004. *MEC adotará medidas contra ensino jurídico irresponsável*.
- 53 Neal vs. Department of Sociology 419 Mich 3 *apud* STIGLER, George. *The history of truth in teaching*. Harvard University Press, 1984. p. 43, *apud* GUIMARÃES, *op. cit.*
- 54 SANSEVERINO, *op. cit.*, p. 163. Entende que as instituições de ensino estão abrangidas no conceito de fornecedor de serviço, art. 14 do CDC.
- 55 MARQUES, Claudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor*. São Paulo: Revista dos Tribunais. p. 593.
- 56 GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- 57 A inclusão de doutores e mestres renomados no catálogo de ministrantes de cursos; doutores que na realidade não lecionam regularmente na instituição, pode ser configurado como propaganda enganosa.
- 58 Existem cursos técnicos que não ministram matérias obrigatórias e os alunos não conseguem se inscrever no órgão de classe.
- 59 GUIMARÃES, Paulo José Scartezini, *op. cit.*, p. 271.
- 60 SANSEVERINO, *op. cit.*, p. 155.
- 61 Repito que tenho em mãos os citados indicadores e é possível verificar a existência de problemas, pela simples vista dos resultados do exame da OAB.
- 62 Para parte da doutrina os serviços públicos próprios prestados *uti universi* diretamente pelo Estado e mantidos por tributos não se caracterizam como “relação de consumo”. Adalberto Pasqualotto, RDC 1/130. Claudia Lima Marques, *Contratos*. Sem fazer a distinção, Herman Benjamin.
- 63 Lei n. 8.170/1991, art. 3º.
- 64 Solicitamos à OAB Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná os resultados dos últimos exames para o ingresso na Ordem e é possível identificar as instituições que deixaram os seus alunos em pior situação.
- 65 Pessoalmente, tenho vínculos com o Colégio Farroupilha e com a PUC/RS. Todos os estudantes têm e mantêm, em maior ou menor grau, vínculos permanentes.
- 66 Não é por outra razão que os profissionais formados pela UFRGS estão sendo chamados para contribuir na restauração dos prédios históricos.
- 67 HEIL, Willi. *Die Nachwirkungen des Treupflicht des Arbeitsverhältnisses*, *apud* MOTA, *op. cit.*
- 68 MOTA, Mauricio Jorge. A pós-eficácia das obrigações. In: TEPEDINO, Gustavo (org.). *Problemas de direito civil constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
- 69 MOTA, *op. cit.*, p. 220.
- 70 Interessante caso. Alegação de dano moral por divulgação do nome do estudante pelo curso pré-vestibular sem autorização, após a aprovação ao curso de Medicina. *A utilização do nome tem um preço* (...). Informativo ADV, Boletim 36/2003, p. 518.
- 71 Assim como a instituição de ensino, estão os Diretórios Acadêmicos vinculados aos alunos, já que de regra a contribuição é obrigatória e paga com a matrícula, de R\$ 2,00 a R\$ 5,00 conforme a instituição.
- 72 BENJAMIN, Antonio Herman de Vasconcelos e. *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*. São Paulo: Saraiva.
- 73 NERY JUNIOR, Nelson. Os princípios gerais do Código Brasileiro de Defesa do Consumidor. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, n. 3, p. 56-57, set./dez. 1992.
- 74 PASQUALOTTO, *op. cit.*, p. 137.
- 75 SANSEVERINO, *op. cit.*, p. 104. A maioria dos autores enfrenta à exaustão o tema da responsabilidade objetiva do fornecedor; há alguma divergência em torno do seu fundamento.
- 76 Teoria do risco – o fundamento da responsabilidade civil na teoria do risco repousa sobre o princípio da equidade, privilegiando a posição jurídica da vítima. Impera a idéia de que aquele que lucra com uma situação deve responder pelos riscos. In: Culpa e risco: fundamentos ou critérios da responsabilização. Aula Prof. Eugênio Fachini Neto, 2001.
- 77 GONÇALVES, Vitor Fernandes. O projeto do novo Código Civil e as novidades em tema de responsabilidade civil. *Revista Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal*, n. 12, p. 197-212, jul./dez. 1998.
- 78 A regra da repartição do risco na vida social: *res perit domino*.
- 79 Na doutrina, duas teorias principais explicam a imputação objetiva: a teoria do sacrifício e a teoria do risco.
- 80 Os alunos que no medievo eram distinguidos pela *nota asini*.
- 81 Verificar caso: Recurso Especial n. 598100, Superior Tribunal de Justiça — *faltar à aula para resolver problema pessoal não enseja dano moral*.
- 82 O estabelecimento de ensino sempre poderá exibir os registros escolares do aluno, pois a responsabilidade objetiva não é absoluta, mas mitigada.
- 83 MARQUES, *op. cit.*, p. 630.
- 84 SANSEVERINO, *op. cit.*, p. 181.
- 85 Na **obrigação de meios**, há descompromisso com o resultado, o prestador deve dedicar o maior cuidado e responsabilidade. Na **obrigação de resultado**, o objetivo do cliente/consumidor é determinado, específico.
- 86 SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice*. São Paulo: Cortez, 1995.

## ABSTRACT

The authoress draws attention to the civil liability of the teaching institution, which has been considered from different perspectives, some of them in accordance with the doctrine and jurisprudence, as the duty to protect and take care of the student.

She highlights the differences between liability of the public and private teaching institutions. The first rules itself by the administrative risk theory, setting aside the application of the Consumer's Defense Code; whereas the second one rules itself by the risk warrant and sacrifice theories, besides the principle of objective good-faith, and may be submitted to the Consumer's Defense Code norms.

In addition, she states that the teacher's civil liability fits in with the independent professional's objective liability, as set forth in article 14, paragraph 4º, of the Consumer's Defense Code. School managers are objectively liable for the compliance with administrative rules, in proportion to their autonomy.

KEYWORDS – Civil liability; teaching institution; to render teaching service; Consumer's Defense Code; Educational Law; objective good-faith.

**Marga Inge Barth Tessler** é Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre-RS.